

AVALIAÇÃO DE RESOLUÇÕES CONAMA

Nome da Instituição: Instituto Ambiental do Paraná - IAP
Contato: Ana Carolina - (41) 3213-3868
e-mail: acs_carolina@hotmail.com

Responsáveis pelas informações contidas neste:

Resolução CONAMA 302/2002, 303/2002 e 369/2006: Mariano Felix Duran

Resolução CONAMA 20/1986, 357/2005, 18/1986, 03/1990 e 08/1993:
Diretor Celso Augusto Bittencourt

Resolução CONAMA 10/1988: Francisco

Demais informações: Diretor Harry Luiz Ávila Teles

Resolução CONAMA nº 302/2002, 303/2002 e 369/2006

Objeto: Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites das Áreas de Preservação Permanente - APP's. Define os critérios para intervenção em APP's.

Existe algum departamento responsável pela fiscalização de APP's a nível estadual?

Sim.

Resolução CONAMA nº 20/1986 e 357/2005

Objeto: Dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes

Existe algum departamento responsável pela fiscalização ou monitoramento da qualidade da água e relacionado ao lançamento de efluentes no estado?

Sim.

Existem informações sistematizadas com relação ao monitoramento da qualidade da água e padrão de lançamento de efluentes? Caso positivo, onde as informações são disponibilizadas?

Sim. Para o monitoramento da qualidade da água, são publicados relatórios técnicos com as informações pela Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais - DEPAM.

Quantas inspeções relacionadas a qualidade da água e dos efluentes foram realizadas nos anos de 2005 e 2006?

2005 - qualidade da água = 146

2006 - qualidade da água = 146

Qual o número de incidentes ambientais registrados envolvendo a contaminação de recursos hídricos em 2005 e 2006?

2005 = 26 - atendidos pela Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais

2006 = 52 - atendidos pela Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais

Na sua opinião, houve melhoria ou deterioração dos padrões de qualidade da água nos corpos hídricos receptores de efluentes no Estado?

Deterioração na maioria das estações monitoradas e estabilidade nas demais.

Na sua opinião você considera que a resolução é aplicada no seu Estado?
Sim.

Espaço aberto para comentários sobre a efetividade da resolução:

Para o monitoramento da qualidade da água, o IAP considera os limites da Resolução CONAMA 357/05 mas, para rios, realiza uma Avaliação Integrada da Qualidade da Água (AIQA) e, para reservatórios adota o Índice de Qualidade de Água de Reservatórios (IQAR). Nestes métodos, são considerados outras variáveis além daquelas definidas nas Resolução CONAMA.

Resolução CONAMA nº 13/1990

Objeto: Dispõe sobre normas referentes às atividades desenvolvidas, restrições de uso do solo e licenciamento de atividades potencialmente impactantes no entorno das UC's

Existe algum departamento responsável pela fiscalização do uso do solo ou de licenciamento de atividades no entorno das unidades de conservação estaduais?

Sim. A fiscalização do uso ou de licenciamento de atividades no entorno das unidades de conservação estaduais está a cargo da DIRETORIA DE CONTROLE DE RECURSOS AMBIENTAIS DO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ.

Quantas licenças relacionadas ao desenvolvimento de atividades produtivas no entorno de UC's foram emitidas nos anos de 2005 e 2006?

Informação não disponível.

Existe alguma lista de atividades produtivas que possam afetar a biota de determinada UC a serem passíveis de licenciamento?

Formalmente, não. No entanto, é fato notório que algumas tipologias de empreendimentos efetiva ou potencialmente impactantes poderiam vir a afetar a biota de UC's se não exigidas medidas de segurança.

Resolução CONAMA nº 237/1997

Objeto: Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental

Existe algum departamento responsável pelo licenciamento ambiental de atividades/ empreendimento potencialmente poluidores no estado?

Sim. A diretoria de Controle de Recursos Ambientais - DIRAM.

Quantas licenças ambientais foram emitidas nos anos de 2005 e 2006 (LP, LI e LO)?

EXERCÍCIO	AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS	AUTORIZAÇÕES FLORESTAIS	LICENÇAS EMITIDAS		
			LP	LI	LO
2005	3137	2051	3146	1115	3126
2006	3878	1716	3104	1341	3513
2007	4306	643	2913	1354	3587
TOTAL	11321	4410	9163	3810	10226

Os prazos definidos para avaliação dos processos de licenciamento e emissão das licenças ambientais têm sido cumpridos? Se não, qual a principal causa para este impedimento?

Não. Tendo em vista a complexidade de avaliação técnica, multiplicidade de normativas vigentes e, principalmente, pela reduzida estrutura de pessoal técnico no Órgão Ambiental Estadual.

Qual o número de autuações envolvendo empreendimentos não licenciados, tem aumentado ou diminuído?

Se considerado como parâmetro de avaliação a quantidade de multas administrativas emitidas, veja-se o quadro abaixo:

Resolução CONAMA nº 09/1987

Objeto: Dispõe sobre a realização de audiências públicas no licenciamento ambiental.

As audiências públicas são solicitadas por entidades civis (terceiro setor) ou fazem parte inerente do processo de licenciamento?

São consideradas como inerentes pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Qual o número de audiências públicas realizadas nos anos de 2005 e 2006?

Em 2005 foram realizadas 13 audiências e 20 reuniões públicas. Em 2007, uma audiência e uma reunião pública.

Existem regras específicas no seu estado para a realização de audiências públicas?

Sim.

Na sua opinião, qual o nível de importância da realização de audiências públicas na condução dos processos de licenciamento ambiental?

Alto.

Resolução CONAMA nº 18/1986, 03/1990 e 08/1993

Objeto: Define padrões de qualidade do ar (PRONAR).

Existe alguma estrutura de monitoramento da qualidade do ar nos grandes centros urbanos?

Sim.

Qual o número de empresas autuadas por ocasionar a poluição do ar em 2005 e 2006?

O IAP opera uma Rede de Monitoramento de Qualidade do Ar na Região Metropolitana de Curitiba, composta de 5 estações Fanuais e 8 automotivas. Os dados são avaliados e comparados ao previsto na Resolução CONAMA 03/90.

As Resoluções 18/86 e 08/93 dizem respeito à poluição veicular. Desconhece-se, portanto, autuações a este respeito.

Resolução CONAMA nº 10/1988

Objeto: Dispõe sobre a regulamentação das APA's.

Existe estrutura física e humana nos órgãos responsáveis pela gestão das APA's Estaduais?

Sim.

Qual o percentual de APA's Estaduais com planos de manejo e zoneamento ambiental definidos?

75%.

Existem Zonas de Vida Silvestre definidas no zoneamento ambiental das APA's Estaduais?

Sim.

Você considera que as APA's exercem papel importante na proteção e conservação dos ecossistemas existentes?

Sim.

Resolução CONAMA nº 279/2001

Objeto: Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental - PCH's

Existe estrutura de licenciamento ambiental específica para o setor elétrico?
Não.

Qual o número de licenças ambientais emitidas envolvendo o licenciamento ambiental simplificado de PCH's em 2005 e 2006?

A Portaria IAP nº 120/2004 condicionou o licenciamento ambiental atinente aos empreendimentos de Geração de Energia Hidrelétrica do Estado do Paraná, a realização de avaliação ambiental estratégica relativas às Bacias Hidrográficas e, principalmente, da execução do Zoneamento Ecológico - Econômico do território paranaense em elaboração pelo Governo do Estado do Paraná. Por conseguinte, a partir daquela data não foi licenciada qualquer PCH.

Os Relatórios Ambientais Simplificados - RAS foram utilizados como estudo técnico para o licenciamento ambiental simplificado de PCH's em 2005 e 2006?

Prejudicado em função da Portaria IAP nº 120/2004.

Você considera que a aplicação da resolução promoveu a celeridade na obtenção de licenças relacionadas a empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental?

Prejudicado em função da Portaria IAP nº 120/2004.

Resolução CONAMA nº 307/2002

Objeto: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil.

Existe estrutura de fiscalização e licenciamento para as áreas de beneficiamento e destinação final de resíduos da construção civil?

Sim. O licenciamento e a fiscalização de áreas de beneficiamento e destinação final de resíduos de construção civil está a cargo da Diretoria de Controle de Recursos Ambientais - DIRAM.

Você tem conhecimento da elaboração de planos integrados de gerenciamento de resíduos de construção civil elaborados pelos municípios ou pelo estado?

Não.

Qual a destinação final dos resíduos da construção civil no estado?

Destinação específica.